

## **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – 2016 A 2025 DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE- PR.**

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um instrumento de gestão que tem como objetivo sistematizar, planejar e efetivar os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes do Município de Nova Esperança do Sudoeste.

A estrutura deste plano é composta por dados gerais do município, caracterização da rede de atendimento às crianças e aos adolescentes, marco legal, princípios e eixos norteadores, marco situacional, plano de ação, monitoramento, acompanhamento e avaliação.

Seu conteúdo foi organizado pela equipe técnica de elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente que aprovou em reunião extraordinária o referido Plano, através da Resolução nº. 05 de 21 de dezembro de 2015.

A expectativa deste Plano era proporcionar maior visibilidade às ações desenvolvidas no campo dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma que se fortaleça o atendimento às crianças e aos adolescentes do Município de Nova Esperança do Sudoeste, priorizando a proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas de forma que cada criança e cada adolescente tenham seus direitos garantidos sem qualquer diferenciação.

Conforme deliberado na Reunião de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segue as Metas e Estratégias com a análise das ações **executadas, executadas parcialmente, em execução, não executadas, desafios e necessidades.**

16

**EIXO 1: DIREITO À VIDA E À SAÚDE**

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO DE EXECUÇÃO				RESPONSÁVEL
		2015 a 2017	2018 a 2021	2022 a 2024		
Desenvolver ações voltadas a sexualidade na adolescência.	Conscientizar os adolescentes do Município de Nova Esperança do Sudoeste com vida sexual ativa para que procurem ajuda profissional e orientação sobre a importância da realização de exames preventivos e prevenção de DST's	X	X	X		Dep. Saúde CRAS Dep. Educação Executada
	Desenvolver em conjunto com escolas, Departamento Municipal de Educação, Conselhos Escolares, palestras, campanhas e/ou programas sobre desenvolvimento humano e sexualidade, uma vez que é imprescindível a integralidade de ações para resolver os problemas voltados à sexualidade na adolescência	X	X	X		Dep. Saúde CRAS Dep. Educação Executada
	Buscar recursos junto aos entes federados (Federal, Estadual e Municipal), para melhorar a infraestrutura	X				Dep. Saúde Executada
Estruturar e melhorar a infraestrutura da saúde Pública do Município	Mais investimento público para melhorar a infraestrutura, quantidade e diversidade de medicamentos e equipamentos no Centro de Saúde como aparelho de raio X, ultrassonografia moderna, equipamentos para fazer exames laboratoriais	X				Dep. Saúde Executada
	Conscientizar o poder público da necessidade de contratação de profissionais especializados e consequentemente a contratação dos mesmos, para melhor atender as crianças e adolescentes.	X				Dep. Saúde Executada parcialmente
Contratação de Recursos Humanos	Contratar uma equipe técnica com psicólogo voltada ao atendimento de crianças e adolescentes, bem como investir em material de apoio para os profissionais	X				Dep. Saúde Executada parcialmente,

*R*

especializados	existentes trabalhar com crianças e adolescentes.						
Melhorar o atendimento à crianças e adolescentes	Conscientizar o poder público sobre a necessidade da presença de uma equipe técnica capacitada para trabalhar com crianças e adolescente e investir em material de apoio, proporcionando condições para desenvolver um atendimento de qualidade.	X					Dep. Saúde Executada parcialmente, necessário contratar mais profissionais para suprir a demanda, tanto da saúde como do Dep. de Educação.
Alocar no Plano Municipal de Saúde Ações e Metas prioritárias que dizem respeito da saúde de crianças e adolescentes	Conscientização dos profissionais de saúde sobre a prioridade absoluta, bem como da necessidade de atendimento especial a todas as crianças e adolescentes, sem distinção, em virtude de suas especificidades e peculiaridades decorrentes da idade Atendimento médico especializado, sem qualquer forma de distinção, inclusive em horários de plantões, os quais devem ser obrigatoriamente presenciais	X	X	X			Dep. Saúde Executada parcialmente

12

Fortalecer e qualificar as ações de Vigilância em Saúde Municipal	Atingir na rotina, cobertura vacinal preconizada pelo Programa Nacional de Imunização vacinando todos os menores de 01 ano de idade.	X	X	X	Dep. Saúde <b>Executada</b>
	Realizar ações de prevenção DST/HIV/AIDS por meio de projetos comunitários	X	X	X	Dep. Saúde CMDCA
	Implantar rede de atendimento a violência doméstica sexual e outras formas de violência contra crianças e adolescentes, com profissionais capacitados	X	X	X	Conselho Tutelar Dep. Saúde <b>Executada</b>

## EIXO 2: DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO DE EXECUÇÃO			RESPONSÁVEL
		2015 a	2018 a	2022 a	
Melhorar as estruturas em vias e calçadas públicas	Mais sinalização com faixas de pedestres, construções de faixas de elevação próximo as escolas com placas de sinalização, bem como fazer cumprir a Lei Municipal do Plano Diretor que proíbe bares, restaurantes ou afins, de utilizar a calçada para colocar suas mesas.	X	X	X	Dep. Obras e urbanismo <b>Executada</b>
Desenvolver ações voltadas ao enfrentamento à violência e fortalecimentos de vínculos familiares	Realização de campanhas de combate para identificar e caracterizar a exploração sexual de crianças e adolescentes	X	X	X	CMDCA Conselho Tutelar CRAS Dep. Educação Dep. Saúde Dep. Ass. Social CMAS <b>Executada</b>

Realização de campanhas educativas de sensibilização e orientação para a não violência e divulgação dos canais de denúncia	X	X	X	CMDCA Conselho Tutelar CRAS Dep. Educação Dep. Saúde Dep. Ass. Social CMAS <b>Executada</b>
Buscar cofinanciamento para ações dos municípios voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias com direitos violados e em situação de violência	X	X		CMDCA Dep. Ass. Social CMAS <b>Executada parcialmente</b>
Garantir a inclusão e atendimento das famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência em cursos de qualificação e geração de renda	X	X	X	CMDCA Conselho Tutelar CRAS Dep. Ass. Social CMAS <b>Executada parcialmente</b>
Ampliação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos com as famílias, para conscientizar que é dever dos pais zelar pela segurança e os direitos dos filhos, protegê-los, não maltratá-los e não expor eles ao perigo		X		CRAS Dep. Ass. Social <b>Executada</b>
Contratar mais profissionais e ofertar novas oficinas para diversificar e aumentar o número de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos capazes de estimular a estruturação familiar	X			Dep. Ass. Social Dep. Administração <b>Executada</b>

				parcialmente
Construção de um espaço público para lazer voltado para crianças e adolescentes.	Buscar parcerias com os entes federados para a construção de uma praça pública, com playground para que crianças e adolescentes tenham a liberdade de brincar com segurança.	X		Dep. Administração Dep. Obras e Urbanismo <b>Executada</b>
Implantar sistema de segurança nas escolas	Contratação de zelador para ficar no portão das escolas municipais, instalação de sistema de segurança nas escolas com câmeras e portão com interfone, para evitar a entrada de pessoas estranhas no ambiente escolar, sem serem devidamente identificadas, principalmente no horário de chegada e saída dos alunos, que é onde a escola fica aberta, facilitando a invasão de intrusos, outrora, mal intencionados	X		No próximo plano colocar a necessidade de ampliação desses espaços de lazer.
Promover a autonomia das famílias em vulnerabilidade	O acompanhamento social do adolescente e sua família devem ser realizados de forma sistemática que garanta a orientação contínua e possibilite seu desenvolvimento facilitando o acesso às demais políticas sociais, como: habitação, transporte, educação, saúde, cultura, lazer, esporte, profissionalização entre outros	X	X	CRAS Dep. Ass. Social <b>Executada</b>
Assegurar gratuitamente a documentação civil básica a todas as crianças e adolescentes		X	X	CRAS Dep. Ass. Social <b>Executada</b>

Realizar anualmente um Fórum para discussão e avaliação do Programa Socioeducativo com a rede de serviços, ministério público e sociedade em geral para que os mesmos tenham conhecimento dos trabalhos realizados para inclusão dos adolescentes no meio social					Comitê Intersetorial de Atendimento Socioeducativo <b>Executada</b>
Registrar, monitorar e avaliar a trajetória do adolescente desde encaminhamento à unidade de recepção até seu desligamento	X	X	X		Equipe de Atendimento Socioeducativo <b>Executada</b>
Manter atualizado o diagnóstico situacional dos adolescentes infratores e sua família	X	X	X	Equipe de Atendimento Socioeducativo <b>Executada</b>	
Implantar banco de dados, sistematizando o andamento de cada processo, contendo dados objetivos e atualizados da realidade dos adolescentes.	X			Equipe de Atendimento Socioeducativo <b>Executada</b>	
Elaborar uma proposta de reformas estruturais de curto, médio e longo prazo ou a construção de	X	X	X	Município	

					que acompanharão o adolescente). <b>Executada</b>
Incluir o adolescente e sua família em oficinas, rodas de conversas, grupos de convivência e fortalecimento de vínculos	X	X	X	X	CRAS <b>Executada</b>
Criar mecanismos que facilitam a correspondência da família	X	X	X	X	Equipe de atendimento socioeducativo <b>Executada</b>
Acompanhar o adolescente em seu contexto familiar e social durante todo o cumprimento da medida socioeducativa	X	X	X	X	Equipe de atendimento socioeducativo Assistente social e psicólogo <b>Executada</b>
Promover encontros e reuniões com as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	X	X	X	X	Equipe de atendimento socioeducativo Assistente social Psicólogo <b>Executada</b>

### **EIXO 3: DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO DE EXECUÇÃO		RESPONSÁVEL
		2015	2018	

*rc*

	A 2017	a 2021	a 2024	
Implantar e fortalecer no município o trabalho em rede com todas as instituições que atendem crianças e adolescentes, com capacitação contínua a todos os atores envolvidos para que haja um eficaz acompanhamento das famílias com dificuldades financeiras, com a presença de uso de drogas, com desequilíbrio familiar e em situações de vulnerabilidades, para que seja efetivado o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários				CMDCA Conselho Tutelar CRAS Dep. Educação Dep. Saúde Dep. Ass. Social CMAS <b>Executada</b>
Contratação de profissionais (psicólogo) para atender no CRAS, na Saúde e na Educação as famílias e diagnosticar possíveis maus tratos e outras violações de direitos e contratação de uma empresa qualificada para realização de palestras para as famílias sobre educação e demais assuntos que possa garantir o Direito à Convivência Familiar e Comunitária	X			Município <b>Executada</b> Parcialmente
Realizar encontros, palestras e visitas às famílias com vínculos familiares rompidos, com o objetivo de orientar sobre questões da educação dos filhos, gravidez precoce, condutas de pais e filhos dentro do convívio familiar, respeito entre pais e filhos, entre outros, para que as crianças e adolescentes se tornem cidadãos dignos e que saibam viver em comunidade	X	X	X	CRAS Assistente social e psicólogo <b>Executada</b>
Realizar eventos que envolvam as famílias, para que estas se integram umas com as outras, possibilitando trocas de experiências.	X	X	X	CRAS <b>Executada</b>
Realizar anualmente a feira do livro para pais e filhos e também realizar um intercâmbio em famílias de uma comunidade com a outra, para troca de experiências e junto com este intercâmbio promover uma vez ao ano	X	X	X	CRAS Dep. Educação Dep. Cultura e esporte

				gincana entre famílias onde participam das atividades pais e filhos				
Acolhimento de crianças e adolescentes				Abrigar provisóriamente e excepcionalmente crianças e adolescentes em situação de risco cujos direitos básicos tenham sido ameaçados ou violados	X	X	X	Executada
				Fiscalizar e acompanhar a entidade de acolhimento de crianças e adolescentes	X	X	X	Dep. de Assistência Social CRAS Conselho Tutelar CMDCA CMAS Executada
Reordenar os Serviços de Acolhimento de Crianças e adolescentes				Capacitar os técnicos do CRAS para trabalharem com as famílias das crianças e adolescentes acolhidas para seu retorno ao convívio familiar	X	X	X	CRAS Município Executada
				Implantar outras formas de acolhimento de crianças adolescentes, tais como: Família Acolhedora ou Substituta.	X	X	X	Parcialmente CRAS Município Dep. Ass. Social CMDCA CMAS Não executada- Em andamento através de consorcio intermunicipal da Comarca
				Acesso gratuito a justiça para o encaminhamento do processo de Ação Judicial de Reconhecimento de paternidade	X	X	X	Poder Judiciário Executada
Garantir o direito ao reconhecimento de paternidade								

**EIXO 4: DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER**

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO DE EXECUÇÃO			RESPONSÁVEL
		2015 a	2018 a	2022 a	
Contração e ampliação de Recursos Humanos	Realização de concurso público para contratação de mais professores, agente educacional, psicóloga, fonoaudióloga e assistente social	X			Município Executada
Construção de espaços físicos destinados à cultura e ao lazer de crianças e adolescentes	Mais investimentos nos recursos humanos, para formação de equipe de apoio com psicóloga, fonoaudióloga e assistente social.	X			Município Executada Parcialmente
Mais investimentos e destinação de recursos financeiros na área da Cultura	Elaboração de projeto para viabilizar junto aos entes federativos Estadual e Federal, recursos financeiros para a construção de uma praça com parque infantil (playground) adequado para crianças e adolescentes.	X			Município Executada Parcialmente. Necessário criar locais para adolescentes
Construção de espaços físicos e aquisição de equipamentos na área da	Viabilização de recursos pelo Governo Estadual e Federal para projetos culturais e implementação no organograma e orçamento municipal o Departamento Municipal de Cultura, desvinculado aos demais departamentos	X			Município Executada Parcialmente.
	Elaborar projetos para viabilizar recursos do governo federal e estadual para a construção de um Centro de Educação Infantil e para o Ensino Fundamental a promoção de adaptações arquitetônicas para questões				Município

R

educação	de acessibilidade, à prevenção de riscos, emergência e segurança escolar, aquisição de aparelhos de ginástica e de tecnologias assistivas, com mobiliários adaptados.	X		Executada – promover ampliação
Universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches	Manter e ampliar, em regime de colaboração entre Município, Estado e União, respeitado as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil		X	Município Estado União <b>Executada</b>
Articular a oferta de matrícula gratuita em creches certificadas como entidades benfeicentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública	Assegurar oferta de programas de capacitação continuada aos profissionais municipais que atuarem na educação infantil de forma que os mesmos atendam as necessidades reais e as peculiaridades dessa etapa de ensino, garantindo a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5(cinco) anos	X		Município <b>Executada</b>
Promover estudos e discussões sobre as propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino a fim de que haja maior compreensão de suas práticas bem como a reformulação dos projetos pedagógicos com a participação efetiva dos profissionais de cada instituição		X		Município <b>Executada</b>
Garantir que as Propostas Pedagógicas devam precomizar o atendimento à diversidade social e cultural privilegiando a brincadeira, o brinquedo, o lazer, a literatura, que contribuem para sua formação e seu desenvolvimento		X		Município <b>Executada</b>

Formar um quadro específico de profissionais que atuarão na área da Educação Infantil utilizando - se de concurso público ou migração de profissionais do quadro efetivo existente	X		Município Executada
Estabelecer parâmetros dos serviços de Educação Infantil, como referência para supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade	X		Município Executada
Assegurar, em parceria com outros departamentos e/ou instituições a oferta periódica de palestras aos pais de alunos atendidos nas instituições municipais de Educação Infantil, como forma de integrá-los ao processo educacional	X		Município Executada
Assegurar por meio de programas de orientação e apoio às famílias, visando encaminhamentos para atendimento com profissionais como: psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, sempre que for comprovada a necessidade, em parceria com o departamento de saúde		X	Município Executada Parcialmente.
Assegurar atendimento educacional especializado para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na Educação Infantil	X		Município Executada parcialmente
Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental	X		Município Executada
Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de	X		Município

R

				<b>Executada</b>
transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção a infância				
Promover busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito à opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos			X	<b>Município Executada</b>
Garantir os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil que assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:				
a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;				
b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;				
c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;				
d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;				
e) mobiliário, equipamento e materiais pedagógicos;				
f) adequação às características das crianças especiais;				
g) área de lazer e parques infantis adequados à faixa etária				
Garantir orçamentos públicos municipais recursos para a aquisição de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional comprovada a necessidade		X		<b>Município Executada</b>
Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na Educação Infantil com acompanhamento nutricional	X			<b>Município Executada</b>

	Promover formas de participação da comunidade escolar local, para apoiar a melhoria do funcionamento das instituições municipais de Educação Infantil, ampliando a gestão democrática	X	X	Município <b>Executada</b>
	Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças na Educação Infantil (aumentar no próximo Plano: “desde que disponibilize estrutura física e equipe técnica adequada”)		X	Município <b>Executada</b>
	Garantir que o número de alunos por turma não ultrapasse o definido pela legislação vigente	X		Município Executada, porém o colégio Estadual Nova Esperança Executada parcialmente.
	fortalecer os mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental	X		Município <b>Executada</b>
	ativar salas de recursos, a partir de avaliações dos profissionais da equipe multidisciplinar	X		Município <b>Executada</b>
	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada		X	Município <b>Executada</b>
	promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção a infância, adolescência e juventude	X		Município <b>Executada</b>
	garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da faixa etária da educação escolar obrigatória, que residam a uma distância igual ou superior a 2.000 m (02 quilômetros), em conformidade com a lei nº 01/2011 – SUED/SUDE	X		Município <b>Executada</b>
	garantir merenda escolar de qualidade com acompanhamento nutricional	X		Município

				Executada
Criar equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, estabelecendo parcerias com outros órgãos públicos, para atendimento nas escolas de rede municipal e estadual			X	Município Executada parcialmente
promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção a infância, adolescência e juventude	X			Município meta repetida - excluir
promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural		X		Município Executada parcialmente
garantir a continuidade de projetos como música, dança, teatro, entre outros	X			Município Executada parcialmente
incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias	X			Município Executada
Orientar a população sobre a obrigatoriedade da matrícula até a idade de 17 anos, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 59/2009, a partir do ano letivo de 2016.	X			Estado Executada
Divulgar amplamente a data da matrícula no ensino médio junto à comunidade local, por meio da imprensa falada, escrita e televisiva	X			Estado Executada

R

<p>Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)</p>	<p>Articular a busca ativa dos estudantes junto à todos os órgãos e entidades municipais que trabalham com adolescentes, com objetivo de resgatar os alunos que estão fora do espaço escolar promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude</p>	<p>X</p>	<p>Estado Executada</p>
	<p>criar programa de identificação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de acordo com as necessidades educacionais específicas garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos</p>	<p>X</p>	<p>Estado Executada</p>
		<p>X</p>	<p>Estado Executada</p>
		<p>X</p>	<p>Estado Executada</p>

Educação Especial	(as) com altas habilidades ou superdotação			
	garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado	X		Estado <b>Executada</b>
	promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento	X		Estado Município <b>Executada</b>
	ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino	X		Estado <b>Executada</b>
	Realizar reuniões conjuntas, periodicamente, entre as equipes pedagógicas das redes municipal, estadual e escola na modalidade especial do Município, para discutirem ações para o atendimento da educação especial do Município de forma conjunta	X		Estado Município <b>Executada</b>
	estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com	X		Município <b>Executada</b>

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental	qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças			
	estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental	X	X	Município Executada
	divulgar tecnologias educacionais, para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos	X	X	Município Executada
	promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização	X	X	Município Executada
	universalizar o atendimento de todo o aluno do Ensino Fundamental, nos cinco primeiros anos, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola	X	X	Município Executada
	atender com prioridade os alunos dos três primeiros anos do Ensino Fundamental com objetivo de que ao final deste ciclo, todos eles estejam alfabetizados	X	X	Município Executada
	aplicar métodos pedagógicos que visem à melhoria do processo de alfabetização	X	X	Município Executada
Ampliação da jornada escolar para crianças e adolescentes no município, com objetivo de atender a				

R

Educação integral	Oferecer à Educação Infantil de quatro a cinco anos em tempo integral, para 50% dos alunos, desde que haja adesão de um número mínimo de 10 alunos para abertura de turmas.		X	Município Executada parcialmente
Educação integral	implantar nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental em período integral, com no mínimo 7 horas diárias, em 50% das escolas até o final do plano.		X	Município Atualmente é oferecido o ensino integral para a turma do 5º ano.
Educação integral	organizar projeto pedagógico integrado com a base comum nacional e as atividades complementares, objetivando realmente um ensino fundamental integral promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola	X	X	Município Executada
Educação integral	instituir, em regime de colaboração, programa de construção e reformas de salas, banheiros, refeitórios com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral.	X	X	Município Executada parcialmente



				Executada
realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil		X		Município Estado <b>Executada</b>
permitir, mediante convênio firmado entre o Município e o Estado, o uso de escolas municipais no turno noturno para o oferecimento da educação de jovens e adultos		X		Município Estado <b>Executada</b>
				<b>Não executada</b>
Aderir a programas nacional/estadual de educação de jovens e adultos voltados à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica	X			Município Estado <b>Executada</b>
estimular à matrícula na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador	X			Município Estado <b>Executada</b>
				<b>Não executada</b>
apoiar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação à distância		X		Estado Município <b>Não executada</b>
apoiar a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço		X		Estado Município <b>Não executada</b>

	pedagógicos adequados às características desses alunos			
	apoiar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional		X	Estado Município <b>Não executada</b>
	Apoiar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.		X	Estado Município <b>Não executada</b>
	Realizar um trabalho de conscientização dos empresários do Município para que facilitem a participação de seus empregados em cursos profissionalizantes integrados à educação de jovens e adultos		X	Estado Município <b>Não executada</b>
	Apoiar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas	X		Município <b>Não executada</b>
Ensino Superior	apoiar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigida aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiária do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes	X		Município <b>Não executada</b> Não se aplica

R

e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico			
Orientar quanto ao acesso ao financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei Nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador			X <b>Município</b> <b>Não executada</b> Não se aplica
Apoiar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior			X <b>Município Executada</b>
Incentivar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País		X <b>Município</b> <b>Não executada</b> Não se aplica	
divulgar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior		X <b>Município</b> <b>Não executada</b> Não se aplica	
Apoiar o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação		X <b>Município</b> <b>Não executada</b> Não se aplica	

## EIXO 5: DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTECÇÃO NO TRABALHO

OBJETIVO	AÇÕES			PRAZO DE EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
	2015	2018	2022		
	a	a	a		
	2017	2021	2024		

	Ampliar a oferta e participação do Programa de Aprendizagem municipal para que esse programa seja aberto a todos os adolescentes e jovens do município e não fique restrito só aqueles oriundos de famílias carentes, que recebam o benefício do Programa Bolsa Família e que tem renda familiar até 01 (um) salário mínimo				Poder Executivo Município <b>Não executada</b>
	Alterar a Lei Municipal que trata do Programa de Aprendizagem Profissional, para que seja ampliado para todos os adolescentes do município.		X		Poder Executivo Município <b>Não executada</b>
	Oferecer curso técnico profissionalizante para adolescentes e qualificá-los para o ingresso no mercado formal de trabalho, bem como oferecer cursos técnicos aos filhos de pequenos agricultores ligados à agricultura familiar	X	X	X	Estado/PR <b>Executada Parcialmente</b>
	Contratar empresa especializada para desenvolver cursos profissionalizantes para os adolescentes e auxiliar no custeio do transporte aos alunos que fazem faculdade e cursos profissionalizantes em cidades vizinhas	X	X	X	Poder Executivo Município <b>Executada Parcialmente</b>
	Sensibilizar as empresas para contratação de adolescentes na condição de aprendiz	X	X	X	CRAS CMDCA CMAS Dep. Ass. Social <b>Não executada</b>
	Mobilizar as empresas para a discussão e a apresentação da contratação de menor aprendiz.	X	X	X	CRAS CMDCA CMAS Dep. Ass. Social <b>Não executada</b>
	Realizar campanhas de Conscientização e incentivar as				CRAS

R

empresas locais a contratar adolescentes na condição de aprendiz	X	X	X	CMDCA CMAS Dep. Ass. Social <b>Não executada</b>
Realizar campanha para divulgar a aprendizagem profissional e o trabalho protegido do adolescente, visando atingir indústrias, associação comercial, comércio em geral e empresas.	X	X	X	CRAS CMDCA CMAS Dep. Ass. Social <b>Não executada</b>

## EIXO 6: FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE GRANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO DE EXECUÇÃO				RESPONSÁVEL
		2015	2018	2022	2024	
Implantação da rede de atendimento à criança e adolescente	<p>Estruturar e articular a rede de atendimento as crianças e adolescentes, com a parceria do Ministério Público, CMDCA e Poder Judiciário, com encontros periódicos com estes órgãos e todos os demais envolvidos na rede de proteção</p>	X				CMDCA Poder Judiciário Ministério Público CRAS CMAS Dep. Ass. Social Dep. Educação Dep. Saúde Conselho Tutelar Polícia Militar Polícia Civil <b>Executada</b>

Aumentar a participação de servidores municipais na atuação na rede de atendimento a criança e ao adolescente		X		Município Executada <b>Parcialmente</b> pouca adesão de alguns setores
Apoiar a criação, incentivar a formalização e fortalecer a rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente	X			CMDCA Município <b>Executada</b>
Ofertar capacitação continuada para os trabalhadores que fazem parte da rede de atendimento a crianças e adolescentes.		X		Município <b>Executada</b>
Aquisição de sistema de cadastro e protocolo integrado com todas as política públicas que atendem crianças e adolescentes, CMDCA e Conselho Tutelar	X			Município <b>Executada</b> <b>Parcialmente</b>
Sensibilizar, conscientizar e capacitar os Conselheiros Tutelares para realizarem diariamente os registros no Sistema SIPLA	X			CMDCA Dep. Ass. Social <b>Executada</b>
Conselheiros Tutelares Capacitados e registros atualizados diariamente no Sistema SIPLA	X			Conselho Tutelar <b>Executada</b>
Ampliar o número de profissionais qualificados na área de atendimento à criança e adolescente, como em delegacias, IMI, Ministério Público, Poder Judiciário.		X		Estado/PR <b>Executada</b> <b>Parcialmente</b>
Realizar concursos Públicos pelos entes federados responsáveis por esses serviços, para ampliar o quadro de profissionais, bem como fornecer capacitação aos		X		Estado/PR
Ampliação e melhorias nos Recursos				

R

Humanos					Executada Parcialmente
	Maior agilidade nos procedimentos de crimes contra crianças e adolescentes				Formar parcerias com o Ministério Público, Poder Judiciário, Policia Civil e Policia Militar para priorizar e dar maior agilidade dentro dos prazos legais, nas investigações de crimes contra crianças e adolescentes
					Estado/PR Poder Judiciário Ministério Público Polícia Militar Polícia Civil <b>Executada</b>
	Proporcionar maior agilidade no andamento de investigações de denuncias de crimes contra crianças e adolescentes.				<b>Porém, demorado</b> Estado/PR Poder Judiciário Ministério Público Polícia Militar Polícia Civil <b>Executada</b>

#### EIXO 7: REFORMA POLÍTICA DOS CONSELHOS DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO DE EXECUÇÃO			RESPONSÁVEL
		2015	2018	2022	
Reconhecimento das deliberações dos conselhos	Dar maior publicidade e divulgação das ações e deliberações do CMDCA, seja em redes sociais, radio, site, jornal, etc...	X a 2017	X a 2021	X a 2025	CMDCA Executada Ampliar divulgação

	Destinar espaço físico e equipamentos exclusivos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.	X		Município Executada Parcialmente
Ampliar a participação de crianças e adolescentes nos espaços de mobilização, formulação, deliberação e acompanhamento das políticas públicas	Garantir a participação de adolescentes no CMDCA	X		Município CMDCA Executada Parcialmente
Ampliar a representatividade na composição dos conselhos	Realizar fóruns, debates ou palestras nas escolas que favoreçam a participação de crianças e adolescentes nas tomadas de decisões do CMDCA naquilo que diz respeito a política de Direitos da Criança e do Adolescente	X	X	CMDCA CRAS Dep. Ass. Social Dep. Educação Executada Parcialmente
Fortalecer a autonomia administrativa dos conselhos	Indicar um representante dos adolescentes para integrar o CMDCA		X	CMDCA Município Não se aplica
	Indicar representante do Poder Judiciário para ser conselheiro do CMDCA		X	CMDCA CONANDA CEDCA/PR Não se aplica
	Destinar um profissional para secretário(a) executivo(a) de todos os conselhos municipais ligados a Política de Assistência Social e afins	X		Município Executada
	Proporcionar espaço físico, mobília e equipamentos exclusivos do CMDCA	X		Município Executada Parcialmente
	Cobrar junto ao Poder Judiciário o repasse das multas pecuniárias para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	X	X	CMDCA Poder Judiciário

R

Fortalecer a autonomia financeira dos conselhos	Fazer campanha com contadores, sociedade civil e empresas para dedução do imposto de renda	X	X	X	CMDCA CRAS CMAS Dep. Ass. Social Dep. Educação Dep. Saúde Conselho Tutelar <b>Não Executada</b>
---	--	---	---	---	---

O monitoramento e avaliação contínuos são fundamentais para o melhor desenvolvimento dos serviços, projetos, programas e ações dentro de cada política pública; No que tange o Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Nova Esperança do Sudoeste, ainda é necessário enfrentar os desafios para execução de algumas metas, deste modo, as metas e estratégias que não foram executadas neste período, serão programadas na elaboração no novo Plano Municipal Decenal.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 24 de setembro de 2025.

R

MEMBROS DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DESENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, RESPONSAVÉIS PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:



**Rozemeri Tomé**

Assistente Social do Departamento M. de Assistência Social



**Luís Fernando Casagrande Loks**

Psicólogo do CRAS e Dep. de Assist. Social e  
Representante dos Trabalhadores do Setor



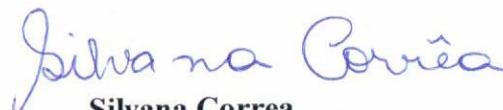
**Maria Antonello**

Pedagoga Departamento M. de Educação



**Luciana Góis Vieira**

Assistente Social do Departamento M. de Saúde



**Silvana Corrêa**

Representante Conselho Tutelar



**Fatima Ap. Ferreira de Deus**

Representante Sociedade Civil